

ÍNDICE

NOTA DE APRESENTAÇÃO	7
UM DIREITO DO TRABALHO EM INVOLUÇÃO: O CASO DE PORTUGAL	
§ 1. A estratégia legislativa austerritária	9
§ 2. A grande ofensiva de 2012	18
§ 3. Um primeiro balanço	33
§ 4. A correcção de inconstitucionalidades	36
§ 5. As renovações extraordinárias de contratos a termo	41
§ 6. A redução das compensações por cessação do contrato de trabalho e os fundos de compensação e garantia	43
§ 7. O procedimento de combate ao trabalho falsamente autónomo	48
§ 8. Duas notas finais	50
O FISCAL COMPLACENTE (MEMÓRIAS DE UM ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL)	
§ 1. Observações introdutórias	53
1. Uma trajectória parabólica	53
2. O obstáculo constitucional	55
3. A singularidade do Tribunal Constitucional	56
4. A reforma legislativa de 2012	58
5. O processo de controlo de constitucionalidade	60
6. O alcance geral do acórdão	62
7. Os “objectivos” do Memorando	63
§ 2. Constituição, lei, convenção colectiva de trabalho	65
8. A “anulação” e a suspensão de regimes colectivos	65

9. A “nulidade” das cláusulas sobre compensações	66	
10. A invocação da “igualdade” e do “conteúdo essencial”	68	
11. A suspensão das cláusulas sobre remuneração do trabalho suplementar	70	
§ 3. Os novos “princípios laborais”	71	
12. O advento do “banco de horas”	71	
13. As novas modalidades	73	
14. As equações de constitucionalidade: A) O banco de horas individual	75	
15. As equações de constitucionalidade: B) O banco de horas grupal	78	
§ 4. Observações conclusivas	84	
16. Uma argumentação pouco constitucional	84	
 NOTAS SOBRE A JURISPRUDÊNCIA DO TRABALHO		
EM PORTUGAL		87
1. A omissão da universidade	87	
2. Preconceitos cruzados	89	
3. O impulso dos anos sessenta	90	
4. O papel dos tribunais do trabalho “corporativos”	92	
5. O nascimento do Tribunal Constitucional	93	
6. As características do Tribunal Constitucional	95	
7. A jurisprudência constitucional	97	
8. A raridade do reenvio prejudicial	99	
9. O papel dos precedentes	100	
10. A relação com a doutrina	101	
11. A concretização de conceitos indeterminados	102	
12. A determinação da lei aplicável	104	
13. O uso do método tipológico	105	
 O TRISTE FADO DOS MAESTROS TITULARES		
– OU O PROBLEMA DA SUBORDINAÇÃO IMPENSÁVEL		107
Anotação	108	
 BREVE REFLEXÃO EM TORNO DA BOA FÉ		
NO CONTRATO DE TRABALHO		127
1. As dimensões “individual” e “colectiva” da boa fé laboral	127	

2.	A implicação pessoal do trabalhador na execução do contrato de trabalho	130
3.	Continuidade e durabilidade nas relações de trabalho	133
4.	A boa fé na formação do contrato de trabalho	136
5.	A boa fé como critério de comportamento correcto	138
6.	A boa fé como princípio de transparência	141
7.	A boa fé como condição de funcionalidade do contrato.	
	– a) O dever de lealdade do trabalhador	143
8.	A boa fé como condição de funcionalidade do contrato.	
	– b) A exigência de boa fé ao empregador	146
 O PROCEDIMENTO DISCIPLINAR PARA APLICAÇÃO DE SANÇÕES CONSERVATÓRIAS		151
1.	As directrizes construtivas dos procedimentos disciplinares	151
2.	O modelo dominante de procedimento disciplinar	152
3.	O regime do art. 329º do CT	153
4.	O processo disciplinar “para despedimento”	156
5.	Um modelo processual único?	158
6.	A liberdade de decisão sobre o procedimento	158
7.	A forma dos actos processuais	159
8.	A indicação da sanção prevista	160
9.	A defesa do arguido	162
10.	O contributo do processo de despedimento para o modelo simplificado	163
11.	As regras gerais do art. 329º	165
12.	Caducidade ou prescrição?	166
13.	Conclusão	167
 O REGIME DO TRABALHO SUPLEMENTAR		169
1.	Tempo de trabalho e trabalho suplementar	169
2.	O âmbito da noção legal de trabalho suplementar	173
3.	A obrigatoriedade da prestação de trabalho suplementar	175
4.	A remuneração do trabalho suplementar.	177
5.	Os descansos compensatórios	179
6.	O regime probatório	180

A NOÇÃO DE RETRIBUIÇÃO NO REGIME DO CONTRATO DE TRABALHO: UMA REVISÃO DA MATÉRIA	185
§ 1. A noção omnicompreensiva (e omnivalente?) da retribuição	185
§ 2. A função da noção legal	192
§ 3. O quadro normativo	203
§ 4. A retribuição do período de férias	206
§ 5. O subsídio de férias	213
§ 6. O subsídio de Natal	214
§ 7. Conclusões	215
AS COMISSÕES DE VENDAS A BORDO NA AVIAÇÃO COMERCIAL – ELEMENTOS DA RETRIBUIÇÃO DOS TRIPULANTES?	219
Anotação	224
I. Observações preliminares	224
II. As vendas a bordo	233
III. A questão da correspontividade	235
IV. Os elementos “regularidade” e “periodicidade”	240
RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO POR MORA DA RETRIBUIÇÃO	243
1. A evolução legislativa	243
2. A suspensão e a resolução por falta de pagamento de retribuições	246
3. A determinação da justa causa de resolução	248
4. Em que pode consistir a culpa do empregador?	250
5. Presunção ou ficção de culpa?	252
6. O prazo de caducidade do direito de resolução	255
7. O caso dos salários intercalares	257
A CESSAÇÃO ANTECIPADA DA PRÉ-REFORMA	261
§ 1. Três normas em jogo	261
§ 2. A pré-reforma como “situação contratual”	263
§ 3. Despedimento colectivo e pré-reforma	267
§ 4. O regime de ressarcimento aplicável	270

A JUSTA CAUSA DE DESPEDIMENTO NA CONSTITUIÇÃO E NA LEI	277
1. Uma sequência de “espasmos legislativos”	277
2. A tensão interna do sistema	282
3. A Constituição arguida	285
4. As várias faces da justa causa	288
5. A herança inesgotável	294
6. O sucesso de um jogo de cintura	295
7. Uma norma constitucional sem resíduos	299
8. O eco da jurisprudência	303
9. A ambivalência da lei	305
10. A Constituição inocente	307
11. O caso da inaptidão profissional	308
12. Nota final: o modelo sancionatório	310
 A ANÁLISE CAUSAL DO DESPEDIMENTO COLECTIVO NOS ORDENAMENTOS PORTUGUÊS E ESPANHOL	313
§ 1. Observações preliminares	313
§ 2. Os níveis de “exigência causal”	324
§ 3. O perímetro de controlo dos motivos no Direito espanhol	326
§ 4. O perímetro de controlo dos motivos no Direito português	330
§ 5. Concluindo	336
 O REGIME JURÍDICO DO DESPEDIMENTO ILÍCITO	337
§ 1. A noção de “despedimento ilícito”	337
§ 2. A ilicitude fundada em vícios de forma	343
§ 3. Os efeitos da ilicitude	347
a) A obrigação de reintegração	347
b) Os salários intercalares	351
c) A indemnização “substitutiva” da reintegração	358
 A SOBREVIGÊNCIA LIMITADA DAS CONVENÇÕES COLECTIVAS DE TRABALHO, FACE AOS ORDENAMENTOS ESPANHOL E PORTUGUÊS	363
1. Questões comuns, caminhos paralelos	363
2. Uma questão de palavras: “sobrevigência” e “ultractividade”	365
3. O efeito da denúncia da convenção colectiva	367

4.	Os objectivos e os pressupostos da lei	368
5.	O enquadramento constitucional	370
6.	A alteração da correlação de forças	372
7.	As consequências sobre as condições individuais de trabalho	373
8.	A diversidade das respostas	374
9.	A perspectiva luso-espanhola	376
10.	A resposta (legal) portuguesa	376
12.	Uma breve síntese comparativa	380
	ÍNDICE	381